

Mulheres & movimentos – ativismo, empoderamento e espaços de poder¹

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, PA – Brasil. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulheres e Gênero (GEPEM/UFPA) - Belém, PA - Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8074466326178617>

E-mail: luziamiranda@gmail.com

Submetido em: 30/09/2017. Aprovado em: 29/11/2017. Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

Esta proposta, derivativa dos resultados de pesquisa, baseou-se nos debates dos PNPM saídos de duas Conferências Nacionais de Política para as Mulheres (2004, 2007). Apresenta os desafios para o acesso ao empoderamento pelas associadas dos movimentos de mulheres do Pará, partindo da ação coletiva e da sua inserção nos espaços de participação política. Foram avaliados, em questionários e entrevistas, os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social de construção da atuação das associadas nesses movimentos e em suas bases locais, como fatores de incentivo para a carreira político-partidária e a formação de responsabilização que o grupo promove/requer (diante da) na comunidade. O ativismo político engendra as histórias de vida dessas mulheres sem que resultem em recrutamento de candidaturas nem êxito eleitoral, haja vista outras demandas e fatores que influenciam o empoderamento, sem visar o interesse para a competição eleitoral. Com isso, traduz-se a baixa inter-relação entre esses movimentos de mulheres e os temas de formação do acesso aos espaços de poder e decisão.

Palavras-chave: Democracia. Representação política. Movimentos de mulheres. Ativismo político.

¹ O presente artigo utilizou parte dos resultados do relatório final do Projeto de Pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, proposto pelo GEPEM/UFPA ao CNPq-SPM - Processo CNPq n.º 402969/2008-1 (2008-2011). Na oportunidade, agradeço às/aos bolsistas: Carla Moreira e Keyla Araújo (bolsistas PROAD), Murilo Figueira e Thiago Paiva (PIBIC/PIPES), e às/aos bolsistas voluntários da área de Ciências Sociais: Deyse Teixeira, Ticiane Lima; Luiz Eduardo Nascimento; Samara Dias, Glauce Learte; Ana Luiza Ferreira e Adson Pinheiro, que participaram do levantamento de dados entre 213 associadas e coordenadoras dos movimentos de mulheres de 71 cidades paraenses visitadas no período 2009-2011.

Women & movements - activism, empowerment and power spaces²

ABSTRACT

This proposition, derivative from the results of research, is based on the PNPM debates from two National Conferences of Policy for Women (2004, 2007). It presents the challenges for access to empowerment experienced by the associates of women's movements from Pará, starting from their collective actions and insertion in political participation spaces. Through questionnaires and interviews, the accumulated personal resources were evaluated, alongside with the social representativeness pattern of acting construction of the associates, in these movements and in their local basis, as incentive factors to the political party career and the accountability formation that the group promotes/requires (front of) in the community. The political activism engenders their histories of life without resulting on candidature recruitment nor electoral success, given other demands and factors that influence empowering, without aiming for electoral competition interest. With that, the outcomes are a low interrelation between these women's movements and the formation themes of access to power and decision spaces.

Keywords: Democracy. Political representation. Women's movements. Political activism.

Mujeres y movimientos - activismo, empoderamiento y espacios de poder³

RESUMEN

Esta propuesta, derivada de los resultados de pesquisa, se basó en los debates de los PNPM procedentes de dos Conferencias Nacionales de Política para las Mujeres (2004, 2007). Presenta los desafíos para el acceso al empoderamiento, por las asociadas de los movimientos de mujeres del Pará, partiendo de la acción colectiva y de la inserción de ellas en los espacios de participación política. Fueran evaluados, en cuestionarios y entrevistas, los recursos personales acumulados y el padrón de representatividad social de construcción de la actuación de las asociadas, en estos movimientos y en sus bases locales, como factores de incentivo para la carrera político-partidaria y la formación de responsabilización que el grupo promueve/requiere (delante de la) en la comunidad. El activismo político engendra las historias de vida de estas mujeres sin que resulten en reclutamiento de candidaturas ni éxito electoral, en vista de otras demandas y factores que influyen el empoderamiento, sin objetivar el interés para la competición electoral. Con eso, se traspasa una baja interrelación entre estos movimientos de mujeres y los temas de formación del acceso a los espacios de poder y decisión.

Palabras clave: Democracia. Representación política. Movimientos de mujeres. Activismo político.

2 The present article used part of the results of the final report of the Research Project «The movements of women and feminists and their action in the advancement of women's careers in the spaces of political power», proposed by GEPEM / UFPA to CNPq-SPM. 402969 / 2008-1 (2008-2011). At the opportunity, I would like to thank the scholarship holders: Carla Moreira and Keyla Araújo (PROAD scholarship holders), Murilo Figueira and Thiago Paiva (PIBIC / PIPES), and to the volunteer fellows in Social Sciences: Deyse Teixeira, Ticiania Lima; Luiz Eduardo Nascimento; Samara Dias, Glauce Learte; Ana Luiza Ferreira and Adson Pinheiro who participated in the survey of data among 213 associates and coordinators of the women's movements, from 71 cities visited in the 2009-2011 period.

3 El presente artículo utilizó parte de los resultados del informe final del Proyecto de Investigación «Los movimientos de mujeres y feministas y su actuación en el avance de las carreras femeninas en los espacios de poder político», propuesto por el GEPEM / UFPA al CNPq-SPM - Proceso CNPq n. 402969 / 2008-1 (2008-2011). En la oportunidad, agradezco a los becarios: Carla Moreira y Keyla Araújo (becarios PROAD), Murilo Figueira y Thiago Paiva (PIBIC / PIPES), y a los becarios voluntarios del área de Ciencias Sociales: Deyse Teixeira, Ticiania Lima; Luiz Eduardo Nascimento; Y en el caso de las mujeres. Ana Luiza Ferreira y Adson Pinheiro que participaron del levantamiento de datos entre 213 asociadas y coordinadoras de los movimientos de mujeres, de 71 ciudades paraenses visitadas en el período 2009-2011.

INTRODUÇÃO

O século XXI inicia-se, para os movimentos de mulheres e feministas, com a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (África do Sul, 2001). Grandes avanços na mudança de mentalidades e transformação na vida das mulheres e das relações de gênero já haviam sido feitos⁴. O empoderamento, uma das ações propostas nesses eventos como política de ampla dimensão, exigia delas, no primeiro aspecto, a apropriação dos destinos da própria vida⁵, e em outro, a ocupação de posições de poder

no âmbito dos poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), dos poderes da sociedade civil organizada e dos partidos, visando à reestruturação do cenário político, território masculino por excelência (...). Ou seja, significa a circulação das mulheres pelos campos da esfera pública, da gestão social, das responsabilidades com os rumos do país e de toda a sociedade (...) (RODRIGUES, 2001).

Significa, portanto, a acumulação do capital social estabelecido com o desenvolvimento das diversas identidades com apelo à solidariedade entre esses atores sociais e as culturas diferentes, formando intersubjetividades. Esses aspectos da construção do **empoderamento** não se dissociam; estão integrados e promovem a diferença nos avanços das posições políticas das mulheres.

Nessa compreensão, as feministas brasileiras, tendo em vista planejar a eleição presidencial de 2002, investiram numa campanha voltada para as candidatas e candidatos que pleiteavam vagas no Parlamento e no Executivo, objetivando sensibilizá-los para as demandas das mulheres, mostrando a mobilização feminista como recursos de mudança de um padrão viciado de fazer política. Realizaram-

se 26 conferências estaduais entre março e maio desse ano, participando dos debates mais de 5.000 ativistas construindo uma plataforma política feminista. A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras efetivou-se em julho, com a presença de duas mil delegadas das conferências estaduais e redes nacionais aprovando o documento e possibilitando presença mais direta desse gênero para arguir os políticos que pleiteavam cargos em todas as esferas de poder.

Interessante conhecer alguns pontos do documento⁶ com evidências sobre as lutas das mulheres – da conquista do direito do voto (que naquele ano comemorava 70 anos) às discussões sobre as questões-chave do então posicionamento político de gênero. Documento propositivo encimado pela *Carta de Princípios* expõe “os compromissos políticos constitutivos da Conferência Nacional e da Plataforma Política Feminista” (2002), transformados

em uma espécie de mapa político de navegação no qual os movimentos de mulheres encontraram o norte para tecer suas parcerias e alianças nos planos estadual e nacional, estabelecer os termos do diálogo e mobilizar para o debate centenas de outras ativistas.

Outros itens desse documento:

- a. Reafirmar a autonomia de pensamento, projeto e ação, num ano eleitoral com disputas acirrada, demonstrando a capacidade de intervir no processo social e político, com objetivo de “empoderar os movimentos de mulheres, fortalecendo sua capacidade de interferir amplamente na sociedade, como sujeitos que produzem transformação social (...), na democratização de informação; e no exercício de liderança”.
- b. Questionar as diferentes formas de democracia e o regime democrático vigente no país, evidenciando propostas de mudança e/ou uma solução para equacionar as dificuldades. Contestam-se os modelos de políticas que

⁴ A partir de discussões mundiais nas conferências do México (1975); Copenhague (1980); Nairobi (1985); Beijing (1995).

⁵ “... o que abre para a formulação/realização de projetos pessoais, demandando a ruptura com as relações de dominação no âmbito do privado e a construção de relações de diálogo e negociação. Já o enfrentamento do sexismo e do autoritarismo, no âmbito da esfera pública das institucionalidades, exige uma ação coletiva e envolve mulheres e homens, empenhados na construção de uma sociedade justa”. (RODRIGUES, 2001, p. 2).

⁶ Partes do documento, quando for o caso, serão referidas entre aspas, compondo-se a parceria de escrita deste texto.

fizeram crescer o Brasil sem a presença das mulheres, reconhecendo as mudanças que possibilitaram a esse gênero conseguirem sua cidadania política. Este é o ponto nodal de todo o processo que mostra o movimento de mulheres não apenas preocupado com a competição eleitoral, mas com algo mais que antecede esse evento.

- c. Defender o processo da competição eleitoral além dos limites que convergem para o eixo das eleições, mostrando a necessidade de outros componentes vitais para a garantia do Estado democrático e do bom governo: o direito à igualdade, à liberdade e à diversidade: “No Brasil, foram 108 anos de diferença entre a primeira lei eleitoral que assegurava aos homens o direito de votar e ser votado e a lei eleitoral que assegurava este mesmo direito às mulheres”.
- d. A discussão sobre a política formal (ou recursos da competição eleitoral) que não reconhece a presença das mulheres avalia que embora a conquista delas ao direito do voto seja recente, mesmo assim formou o maior eleitorado no Brasil. Em contrapartida, a representação política tem sido escassa, estando este gênero em minoria absoluta no Parlamento, no Executivo e no Judiciário – seja nas esferas municipal, estadual ou federal” e, também, “nas instâncias de poder dos partidos, onde em geral ocupam as posições menos prestigiadas.
- e. Denúncias à reprodução de padrões culturais e históricos responsáveis pela falta de estímulo à participação política feminina daí porque “poucas conseguem ultrapassar as barreiras causadas pela falta de oportunidades e de consciência de sua condição e de seu potencial de atuação como sujeito político”. Há uma questão-limite: as detentoras de mandatos são brancas e algumas reproduzem “as práticas excludentes, racistas, classistas e patriarcais, que ainda são hegemônicas no fazer político”.
- f. A democracia participativa amplia os espaços de participação e acesso ao poder pela ação

dos movimentos sociais, visto que esses canais geram representação destes em órgãos de gestão e controle social, conselhos de políticas públicas e de direitos, garantindo “efeitos importantes sobre a vida cotidiana da população”. Contudo, a presença efetiva da “participação popular nas instâncias de democracia participativa têm sido desvalorizadas como possibilidades reais de aprofundamento da democracia”, prevalecendo a ideia de que “o controle social representa uma ameaça ao poder”. Com isto, “tais poderes estimulam a desarticulação dos movimentos populares, cooptando seus representantes e manipulando-os segundo seus interesses, ou simplesmente esvaziando de densidade política estes espaços”.

- g. Avaliar a dissociação entre as formas de participação política e o lugar da decisão política que é a representação. A considerar esses entraves à renovação da “cara” da representação política para o tempo de presença das mulheres nessa instância, torna-se o *leitmotiv* da apresentação dos desafios como ações propositivas das mudanças, visto que é esperado não só garantir um lugar nesses espaços decisórios de poder, mas também a formação de uma pessoa que, ao assumir um mandato parlamentar ou executivo, tenha a consciência crítica dos acontecimentos globais e nacionais e se posicione favorável às mudanças dos problemas encontrados. Neste caso, toma importância, então, a frase lapidar para o caso de um mandato: a democracia representativa terá que ser transformada, mas isto só será possível pelo empenho em assumir as ações da democracia participativa e da justiça social.

As evidências sobre esse princípio estão nos termos dos verbos aplicados para considerar as ações propositivas nos desafios apresentados - fortalecer, radicalizar, promover a democracia participativa – tendendo a intermediar “a aplicação dos mecanismos de acesso ao poder, com a garantia de equidade de gênero”; aprofundar a “democracia nas famílias, nas ruas, nas empresas, nas escolas, nos

locais de trabalho e nas organizações da sociedade civil”. A escola e as demais formas de socialização serão partícipes na promoção de políticas para a transformação, com a discussão e a revisão de valores construindo “relações igualitárias”.

Em síntese, recomendam às mulheres que aspiram ascender ao poder decisório: o empoderamento - não é só o mecanismo de rever a face da exclusão de um cargo legislativo onde se acham sub-representadas, mas o instrumento criador da objetividade estratégica na participação política, reconhecendo que a democracia participativa é o eixo mobilizador para fazer a diferença do posicionamento de quem vai assumir um cargo na representação política, seja parlamentar, no Executivo ou na esfera do Judiciário.

O presente texto divide-se em três eixos argumentativos: a) o que promove a articulação dos movimentos de mulheres e feministas em tempo de conferências nacionais; b) recursos pessoais acumulados e padrão de representatividade social como fatores de incentivo para a carreira político-partidária; c) ativismo, filiação partidária e a baixa inter-relação entre os movimentos de mulheres e os partidos políticos, com atenção, no caso do Pará.

CRITÉRIOS DE ARTICULAÇÃO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS: AS CONFERÊNCIAS E OS PLANOS DE AÇÃO DO GOVERNO

A coerência com a chave do problema da participação política e a democracia do poder (em seu capítulo da representação) traduziu-se na Plataforma para Candidatas a Vereadoras e Prefeitas. Em Defesa da Igualdade e da Cidadania Feminina, lançada nas eleições municipais de 2004, produzido pelo Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), com patrocínio da Embaixada da Finlândia e distribuição apoiada pelos movimentos de mulheres, destacando-se a AMB e suas congêneres⁷. O diferencial entre este documento e a cartilha *Mulheres sem medo do Poder*, de 1996⁸, é o novo formato de conteúdos explorados. Em seis páginas, a *Plataforma para Candidatas...* aponta, inicialmente, a importância de as mulheres pleitearem candidaturas às câmaras e prefeituras; registra o quantitativo feminino da participação das mulheres na política, num comparativo com a população e o eleitorado; informa sobre as cotas, então sob a vigência da Lei nº 9.504/97 com a reserva partidária do mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo; trata do papel do município e da representação da Câmara de Vereadores para o progresso da democracia.

⁷ Entre as entidades: Articulação de Mulheres Brasileiras, Fóruns e Articulações Estaduais de Mulheres; Projeto Mulher e Democracia/Nordeste; Elas por Elas na Política/SP; Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM; Bancada Feminina no Congresso Nacional; Comissão Especial Ano da Mulher – Câmara dos Deputados e Senado Federal; Secretaria de Mulheres da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale); Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher; Instâncias Nacionais de Mulheres de Partidos Políticos; Comitês Nacional e Estaduais Multipartidários de Mulheres.

⁸ Para as eleições de 1996, o Ipea e a Bancada Feminina do Congresso Nacional, com apoio do IBGE, produziram, através dos partidos políticos e dos registros do TSE, a cartilha *Mulheres sem medo do Poder* para as candidatas ao parlamento municipal. Esse documento contém um histórico da luta pelos direitos das mulheres, sugestões de montagem de um comitê eleitoral, os procedimentos necessários para o bom desempenho na campanha política e principais recursos que deveriam ser priorizados num governo na perspectiva de gênero. Houve seminários estaduais. Naquele momento houve a regulamentação da Lei de cotas nº. 9.100/95, de 20% de candidaturas femininas nas listas partidárias.

A agenda da cartilha expressa os princípios já discutidos na Plataforma Política Feminista (2002) em torno dos temas centrais e norteadores do “fazer política” feminista: rejeição à violência contra as mulheres; defesa aos direitos humanos; educação igualitária; saúde e direitos sexuais e reprodutivos; trabalho, moradia e desenvolvimento. Ao tratar do poder, a afirmação da ausência de democracia quando as mulheres deixam de participar na política eleitoral traduz-se na evidência ao empoderamento e à democracia participativa nos itens subscritos: criação e apoio às secretarias e conselhos municipais dos Direitos da Mulher “com políticas públicas e recursos humanos, financeiros e materiais próprios, bem como a realização de Conferências de Políticas para Mulheres”; defesa ao “sistema de cotas por sexo no provimento de órgãos colegiados, cargos em comissão e funções da administração direta e indireta”; e luta “pela presença das mulheres nas mesas diretoras das Câmaras Municipais”.

Essa foi a chave das discussões em recorrentes tratativas que os movimentos de mulheres e feministas empreenderam a partir daí, considerando o tema da participação política feminina. Nesse sentido, empoderar e redefinir a democracia, imbricando o modelo participativo ao representativo para que o regime democrático se tornasse um sistema político de inclusão política e social foi a legenda das duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, realizadas, uma em julho de 2004, e a outra, três anos depois, em agosto de 2007. É possível avaliar, através dos anais desses eventos, os textos e roteiros de discussão circulando nas instâncias preparatórias municipais, regionais e estaduais⁹, creditando-se intensiva massa de informações às mulheres participantes sobre os assuntos focais da agenda feminista.

A I Conferência, convocada pelo presidente da República e realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (em Brasília, entre os dias 15 e 17 de julho de 2004, com apoio de todos os

ministérios) definiu diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Nos anais constam painéis e grupos de trabalho analisando a realidade brasileira e avaliando as políticas existentes, traçando novos compromissos a serem assumidos pelo governo com apresentação de propostas de diretrizes para a construção de uma agenda de políticas públicas sob o olhar feminista.

A garantia à igualdade de acesso às estruturas de poder e aos processos de decisão é tratada no item 4: “Efetivação dos Direitos Humanos das Mulheres: civis, políticos, direitos sexuais e direitos reprodutivos”¹⁰.

As diretrizes preveem a adoção de

ações afirmativas não restritas à política de cotas, em diferentes iniciativas, programas e projetos na administração pública dos distintos níveis de governo, assim como nos processos eleitorais e nas práticas de gestão participativa e seus mecanismos, tais como os orçamentos participativos, conferências e conselhos de gestão de políticas sociais

Outra diretriz é o aumento do “controle público sobre os processos da democracia representativa com o financiamento público de campanhas”.

Esses procedimentos para assegurar a presença das mulheres nos espaços de decisão política revelam as estratégias de empoderamento com capacidade de reversão dos indícios de desigualdade.

A II Conferência convocada também sob decreto presidencial, realizada em Brasília, de 17 a 20 de agosto de 2007, objetivou analisar e repactuar os princípios e diretrizes aprovados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, avaliando a implementação do “Plano Nacional ...” de três anos antes. Na apresentação dos pontos para discussão no segundo evento, nos âmbitos municipais, estaduais e regionais, o documento registra os pactos já assinados pelos governos, responsáveis pela consolidação das políticas em curso, focando, especificamente, a reforma do sistema político

⁹ Costa (2005) registra que em 2004 o cálculo da participação das mulheres nesse evento foi de aproximadamente 500 mil mulheres, de onde foram indicadas 14.050 delegadas das 27 conferências estaduais.

¹⁰ Cf. os Anais da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e o II PNPM, em: www.presidencia.gov.br/spmulheres.

brasileiro¹¹. O objetivo era chegar ao final do evento alinhando propostas que ampliassem e reafirmassem o compromisso das diferentes esferas e instâncias de poder do Estado brasileiro para os recursos previstos pela justiça social, “com a democracia e com a paz”.

A seção intitulada “Mulheres nos Espaços de Poder” ratifica a importância e a necessidade do debate sobre a participação política das mulheres vendo esta presença “(...) como ação transformadora das estruturas e das instituições, e também da cultura e das mentalidades gerando novas relações sociais” (II CPNM, 2007, p. 49).

A referida seção sumariza os capítulos em temas explicativos, informativos e propositivos sobre o sistema político brasileiro e a situação das mulheres na participação política em instâncias de deliberação institucional (âmbito do estado através de conselhos setoriais, de direitos), nos movimentos feministas e de mulheres em ampla diversidade na sociedade civil. Esclarece a estruturação e as regras básicas do funcionamento do sistema de governo, das formas de Poder Legislativo. Enfoca a legislação eleitoral e partidária e trata das ações afirmativas na política, fazendo uma análise comparativa com países europeus e latino-americanos onde essas regras foram instituídas¹². O diferencial do documento com exposição sobre um assunto que há mais ou menos cinco anos já estava no meio do debate da sociedade civil organizada (movimentos sociais) e no âmbito político-partidário (partidos, Legislativo, Judiciário, governo) era sobre a reforma política.

A exposição de temas (não tratados na I CNPM) tornou manifesto o interesse, na II Conferência, de superar a discussão sobre a reforma política em base ampla, como a defendida pelos Movimentos

Sociais (na Plataforma da Reforma do Sistema Político Brasileiro)¹³, ensejando ainda que os movimentos de mulheres e feministas discutissem também as questões mais restritas de uma mudança em eixos problemáticos no sistema eleitoral, no sistema partidário e nos poderes Executivo e Judiciário através de ações afirmativas, visando criar a oportunidade para a inclusão desse gênero nos espaços de poder.

Para o sistema eleitoral, a proposta sugeria a manutenção da reserva de vagas por sexo nas listas partidárias (30% - 70%) e, no caso de mudança da lista aberta para a fechada (ou preordenada), que a mesma garantisse a indicação do lugar que mulheres e homens deveriam ocupar na lista, com alternância “na proporção de pelo menos uma vaga para cada sexo em cada três lugares, ou ainda, a alternância com paridade 50-50%”.

Ao sistema partidário propunha-se a destinação de, ao menos, 30% dos recursos do fundo dessa organização e 30% do tempo de propaganda gratuita no rádio e TV, para promover a participação das mulheres. Aos poderes Executivo e Judiciário, na mesma intenção, propunha o “critério de sexo para a indicação do 1º escalão do governo e do Judiciário (...)”.

O documento indaga ainda (p.45) sobre: os mecanismos e instrumentos de participação existentes nos locais das conferências; a proporção de parlamentares mulheres no Legislativo municipal, estadual, no Executivo, nas secretarias de governo; quais obstáculos e quais propostas poderiam ser apresentados para a ampliação dessa participação.

Se um analista político se detiver tão somente nesse importante evento¹⁴, tende a considerar os decretos presidenciais responsáveis pelo empenho e desempenho dos instrumentos de discussão para

¹¹ Cf. II CNPM. Textos e roteiros de discussão: Conferências Municipais e/ou Regionais e Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres. CNDM, SEPM; Brasília, 2007, p. 47.

¹² Os temas de que trata essa parte do documento às páginas 29 a 46, são: “As formas de Democracia; Mecanismos e Instrumentos de Participação; Sistema Político Brasileiro; Estimulando o Debate; Roteiro de Discussão; Outros Subsídios para Discussão”.

¹³ Cf. REFORMA POLÍTICA. Construindo a plataforma dos movimentos sociais para a Reforma do Sistema Político no Brasil. s/d; s/org. Assinado por 20 entidades de movimentos populares. Acesso on-line em www.participacaopopular.org.br.

¹⁴ Tomam-se por base as duas conferências e agora dois planos de governo de política para as mulheres e os decretos da Presidência da República instituindo o acontecimento.

a criação de uma agenda de governo que incluía as mulheres. Na verdade, os movimentos sociais de modo geral têm pressionado os governos para incluir suas demandas em uma ação coletiva que se torna um meio de controle e uma forma de *accountability* forçada das políticas governamentais.

A mobilização por uma reforma política com a inclusão da pauta de reivindicação das mulheres seguiu essa instrução de intervenção através da realização de vários eventos. O seminário “Democratizar a democracia: a reforma política e a participação das mulheres” foi um dos acontecimentos que em março/2007, em Brasília, reuniu ministras de Estado, militantes feministas, parlamentares, representantes de movimentos de mulheres e acadêmicas em torno de temas da reforma político-eleitoral e partidária e da participação política das mulheres. Organizado pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras e Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora/CUT e Unifem, teve apoio das Fundações Perseu Abramo e Friedrich Ebert.

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados — através das comissões de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias, Constituição, Justiça e de Cidadania, e Seguridade Social e Família — realizou (em maio/2007) o seminário “A Mulher na Reforma Política”, tratando de temas como “Inclusão das mulheres na reforma do sistema político” e “Sistemas de votação proporcional, distrital e misto: ampliação da representação de mulheres” com debates pontuais acerca do ordenamento da lista partidária, do financiamento público de campanha, da fidelidade partidária, entre outros aspectos da legislação eleitoral.

O seminário “As Trilhas do Poder das Mulheres – experiências Internacionais de Ações Afirmativas”, proposta pela equipe de pesquisadoras do NEIM¹⁵, inclui-se entre os eventos promovidos em 2007,

¹⁵ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da UFBA. Para conhecimento, ver: www.neim.ufba.br Sobre o evento, cf. o artigo Costa (2007): “A ‘quase’ reforma política no Brasil e a ação feminista” em www.pathwaysofempowerment.org/Reforma_Politica.

na mesma temática da reforma política sob o olhar das mulheres. Apresentou-se em dois espaços, com duas lógicas de sensibilização: seis conferências municipais com a presença das mulheres locais (Bahia), e no Congresso Nacional, discutindo os temas em pauta nos outros seminários, com parceiras nacionais: Bancada Feminina da Câmara de Deputados e de Comissões Permanentes, ONGs como a Agende, o Projeto Mulher e Cidadania (PE). E as internacionais: DFID e Unifem.

Nos três eventos, a troca de ideias incluiu as mulheres de partido, parlamentares, acadêmicas feministas e mulheres dos movimentos¹⁶.

Associações como a AMB¹⁷, o Cfemea¹⁸, outras ONGs feministas, os grupos de mulheres dos partidos (PT, PMDB, PSDB, PPS entre outros) produziram textos que circularam nos *sites* respectivos, nos anos de 2007, 2009 e 2010. Também esse tema mesclou-se às discussões que já estavam na pauta das casas legislativas, conforme é possível anotar no material produzido pelas equipes de assessores dos parlamentares (cf. *Sites* dessas instituições).

¹⁶ Muitos outros seminários e encontros foram promovidos pelo Brasil, antes da II CNPM. Restrinjo-me a esses que simbolizam o protagonismo feminista envolvido com a reforma política.

¹⁷ A ABM lançou, em 2007, em seu jornal eletrônico, o documento “Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas” com textos subsidiando a discussão sobre: “Participação das mulheres na reforma do sistema político; “Feminismo, construção do contrapoder e participação política das mulheres”; “Participação das mulheres no controle social”; “Paridade na política é a nossa proposta na reforma do sistema eleitoral” etc. Cf. www.articulacaodemulheres.org.br.

¹⁸ O Cfemea sempre tratou da questão das mulheres no poder. Em 2007, muitos artigos e dados estatísticos mereceram destaque de circulação no site www.cfemea.org.br. “As mulheres na política e a reforma política”, de Sílvia Camurça, foi um desses textos.

MULHERES EM MOVIMENTO(S): AÇÃO, ATUAÇÃO E INVENÇÃO DE (NOVAS/VELHAS) FORMAS DE EMPODERAMENTO AOS ESPAÇOS DECISÓRIOS DE PODER

A avaliação da repercussão desses debates nos movimentos de mulheres e feministas sobre os acordos de Beijing (1995) e as atuais Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs) pelas Nações Unidas¹⁹ embasaram as discussões sobre as desigualdades e a realização de dois *survey*²⁰ no contexto paraense, objetivados por dois projetos de pesquisa.

O primeiro, aplicado entre lideranças desses movimentos, presentes na II Conferência Estadual de Política para as Mulheres - CEPM, era um dos objetivos do projeto “Gênero, Política e Representações Sociais” (403224/2005-5 – APq – CNPq/SPM). Na intenção de traçar um perfil das entidades, de suas atividades e associadas, foi elaborado um questionário com 35 quesitos contendo perguntas abertas e fechadas, algumas de múltipla escolha, agrupadas em três seções: A – Identificação do Movimento; B – Relação com os demais Movimentos de Mulheres; C – Participação Política e Partidária das Associadas.

¹⁹ Em que o Brasil estava incluído com outros 17 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Sobre MDGs: “Construir a autonomia feminina e promover a equidade entre homens e mulheres foi um dos consensos estabelecidos na Cúpula do Milênio, promovida pela ONU em setembro de 2000. O resultado desse evento foi expresso na Declaração do Milênio, documento referendado por 191 países, que estabelece um consenso sobre os graves problemas atuais do planeta e o compromisso de enfrentá-los. Para avançar na direção da solução desses problemas, a Cúpula do Milênio estabeleceu um programa mínimo de oito pontos – as Metas do Milênio – com os objetivos a serem alcançados até o ano 2015”. Cf. <http://www.idis.org.br/>

²⁰ Trata-se de método usado como ferramenta do projeto de pesquisa para levantar dados sobre as relações entre capital social e as formas de empoderamento das associadas dos movimentos de mulheres. Cf. base da bibliografia em Babbie (2001).

O instrumento foi aplicado em lideranças de 22 movimentos de mulheres paraenses, escolhidos aleatoriamente.

Eram movimentos expressivos, visto que, segundo elas, agregavam entre 10 a 100 mulheres em seus municípios e/ou nos conselhos. As conclusões – ao avaliar o compromisso desses atores sociais pesquisados e as discussões em nível institucional e informal sobre a sub-representação política das mulheres nos parlamentos e cargos executivos – demonstraram que esse tema ainda não recebera a abordagem necessária sobre a importância que tem no aspecto de enfrentar a desigualdade política feminina e, conseqüentemente, mudar o sistema político brasileiro.

Vários elementos mostravam o avanço sobre a formação de níveis de empoderamento, mas não evidências de que o que se discutia na II Conferência agregava algum item propício a pensar sobre o eixo das ações de garantia da presença das mulheres nos espaços de poder.

A primeira abordagem sobre as associações de mulheres e as atividades que realizavam com o foco nas políticas de estímulo às suas associadas com vistas à competição eleitoral e ao acesso destas às cadeiras parlamentares deteve-se nas eleições proporcionais de 2006 e nos cargos nos Legislativos federal e estadual (CD e AL). As versões das representantes desses movimentos deixaram sem argumentos significativos o aspecto que se buscava enfatizar nessa pesquisa sobre a relação dessas organizações e as ações centradas na busca pelos mecanismos de acesso aos espaços formais de decisão política.

O segundo *survey* foi realizado no período de 2009/2011, no momento em que algumas mudanças já haviam sido discutidas pela Comissão Tripartite criada para revisar a Lei 9.504/1997²¹ com aprovação posterior da Lei nº 12.034/2009. Faziam parte do projeto de pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, proposto pelo Gepem/UFPA ao CNPq-SPM (2008-2011), explorando o seguinte problema-chave: Os movimentos de mulheres têm registrado presença significativa nas demandas e no controle das políticas públicas conquistadas, com ênfase em agendas estimuladoras ao empoderamento feminino. Considerando essa atuação na formação de lideranças, pergunta-se: a) que ações foram desenvolvidas por esses movimentos, incentivando as associadas para acesso aos cargos formais de representação parlamentar e/ou majoritários, conforme sugerido na Carta de Beijing e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008)?; b) essas ações influenciaram/encorajaram diretamente (ou não) o acesso das associadas aos cargos formais, e de que forma e em que proporção isso se deu?

Neste sentido, e considerando que os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social que constroem ao se associarem aos movimentos de mulheres e em suas bases locais de moradia podem ser fatores de incentivo para possível carreira política, o *core*

do projeto objetivou identificar a contribuição dessas organizações na capacitação das associadas, estimulando-as ao empoderamento e ao interesse para a competição eleitoral. Formulou-se então uma hipótese de dependência: a atuação dos movimentos de mulheres e feministas incentiva suas associadas na formação de uma cultura de empoderamento, estimulando sua candidatura a cargos parlamentares e/ou majoritários numa competição eleitoral.

No segundo *survey*, as associadas dos movimentos responderam a 65 questões, algumas sobre a própria dinâmica de empoderamento (quais temas discutiam, que atividades realizavam e como faziam) e as transversalidades na participação, o relacionamento com os partidos e a competição eleitoral. As coordenadoras também foram contatadas para avaliar o incremento de suas discussões sobre as questões mais específicas de partido, participação, representação e sistema eleitoral em estímulo aos temas dos debates que proporcionavam entre as associadas²².

FEMINISMOS & MOVIMENTOS DE MULHERES: HETEROGENEIDADE, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO²³

Os movimentos de mulheres e feministas integram-se, em gênese, aos movimentos sociais. São vertentes que traduzem seu programa de reivindicações políticas pelos direitos das mulheres na ação coletiva e, como os seus congêneres mais ampliados, tentam provocar as mudanças necessárias em parte ou no todo das instituições

²¹ A Comissão Tripartite foi criada através da Portaria Nº 15, de 11/03/2009, da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, “para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições”. A Comissão era formada por representantes do Executivo, do Parlamento e membros da sociedade civil, se propunha a intervir nos debates que ocorriam no Congresso Nacional, no momento em que se achava em pleno funcionamento a discussão da mini-reforma eleitoral. Essas discussões de pontos focais da questão levaram à aprovação da Lei 12.034/2009, incluídos artigos beneficiários para a inclusão das mulheres na política como: “alteração do artigo que regulamente as cotas, com a obrigatoriedade do preenchimento das vagas, e não mais apenas uma reserva; a obrigatoriedade de utilização de no mínimo 5% dos recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política das mulheres; e reserva de pelo menos 10% da propaganda partidária gratuita para as mulheres dos partidos políticos” (idem, p. 3). Cf. Relatório Final, Brasília, novembro de 2009.

²² Nas técnicas para o levantamento dos dados - além de questionários, entrevistas gravadas, observação direta e participante, uso de caderno de campo e câmera fotográfica - foram privilegiados dois procedimentos de aprofundamento das entrevistas e conhecimento detalhado do cotidiano dos movimentos de mulheres: história oral - usada, em parte, na aplicação dos questionários nos seus locais de moradia; e num simpósio (05 e 06/05/2011) por meio do qual foram coletadas/registradas evidências das atividades das associadas nos movimentos, em narrativas /depoimentos pessoais.

²³ O assunto deste enfoque referencia dois conceitos que às vezes são tomados como sinônimos. Ao considerar que o termo feminismo não contempla, necessariamente, o de associação de mulheres, desenvolvem-se alguns diferenciais subjacentes na teoria social que estuda estas categorias.

sociais que abrigam padrões normativos de regras patriarcais. Procuram criar uma nova ordem social, esgarçando o preconceito e a desigualdade que atingem secularmente esse gênero.

Os “movimentos de mulheres” antecedem o movimento feminista²⁴.

Desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade estes movimentos têm surgido e fazem História.

Outhwaite e Bottomore (1996) apontam três questões analíticas para evidenciar o caráter e a variedade do movimento de mulheres. A primeira é a

necessidade de diferenciação entre os vários graus de ação social (coletiva), de tal forma que o movimento significa um avanço qualitativo e quantitativo com respeito às formas de solidariedade ou de associação que podem ser em pequena escala, dispersas e relativamente de pouco poder.

Exemplificam com um movimento baseado em uma “cultura de mulheres” incluindo redes de comunicação, clubes e círculos literários.

A segunda proposição questiona se “(...) o feminismo pode ou deve gerar objetivos capazes de ter uma aplicação universal”, entendendo-se dessa questão que “(...) os objetivos do feminismo estariam sujeitos a alguma variação e diferentes movimentos formularam suas prioridades de acordo com isso”, a exemplo do que ocorreu com as feministas negras e do Terceiro Mundo ao criticarem a hegemonia de um discurso de inclusão de que as “mulheres de todas as classes sociais e de todas as religiões, necessariamente, partilhavam interesses e laços de solidariedade”. Nesse sentido, a proposta desse grupo era de uma “visão diferenciada dos interesses das mulheres como sendo formados por fatores tais como classe e etnia, de modo que podiam levar as relações de dominação e subordinação entre mulheres”.

²⁴ “São movimentos sociais que exibem uma heterogeneidade de objetivos e formas de associação ou de organização” (cf. OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 493). Este texto utilizará as asserções destes autores da pág. 493 a 496, sobre o movimento de mulheres e o feminismo.

Em que pese a base militante articular-se como ação coletiva e objetivos comuns, a “solidariedade entre as mulheres não era dada somente pelo fator gênero”.

A terceira questão diferencial entre os dois movimentos “gira em torno dos objetivos que os movimentos de mulheres, em oposição aos confessadamente feministas, têm tendido a buscar”. Historicamente, os movimentos de mulheres surgem “com base nos papéis das mulheres na família”, implicando a luta pelo provimento de “necessidades básicas ou por direitos de cidadania”, com duas características-chave: identificam-se com “construções sociais particulares de feminilidade e maternidade” com o envolvimento político das mulheres como “extensão natural de seus papéis na família e sentimentos primordiais intrinsecamente femininos”. E a outra, como função desta, é da formulação “dos objetivos de suas ações em termos amplamente altruístas, e não em termos destinados a promover seus interesses pessoais como mulheres”.

Se a teoria social evidencia esses diferenciais para as duas categorias de movimentos, para o feminismo ela mostra, no entanto, que há feminismos (no plural) desde a variação do conceito libertação (BOBBIO; PASQUINO, 1995). O feminismo emancipacionista, visto como herança dos movimentos do século XIX, e o outro, contemporâneo, fase extrema e de superação da luta pela exigência de igualdade jurídica, política e econômica em relação ao homem, ampliam esse conceito para tratar do respeito à diferença das mulheres e a busca de novos valores com vistas à transformação social.

Ao tratar de feministas e de movimentos de mulheres sem dispersão desses referenciais, deve-se considerar que as duas categorias se integram, articulam-se, interagem e procuram promover o objetivo central de suas lutas que é o da valorização das mulheres enquanto ser humano. Costa (2005, p. 2), analisando o ressurgimento do feminismo nos anos 60 e a relação com os demais movimentos contestatórios, empresta a tese de Alvarez (1990, p. 23) e evidencia um dos pontos mais importantes

dessa nova trajetória, elaborando uma conceituação comparativa exemplar:

O movimento resignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder as formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas²⁵.

É com esta filosofia que as feministas brasileiras interagem com os movimentos articulados de mulheres e implementam as suas práticas de discussão da esfera pública e do conceito de político. Nesta acepção será demonstrada a polarização das agendas da articulação de mulheres para o tempo da conquista de espaços nos lugares da decisão política e de melhorias da qualidade de vida com as ações de empoderamento.

O CENÁRIO, A VEZ E A VOZ DAS ASSOCIADAS DO MOVIMENTO DE MULHERES PARAENSES EM NOVO TEMPO POLÍTICO

No segundo momento do *survey*, os movimentos de mulheres paraenses estavam atentos a essas discussões. Contudo, pelas explicações dadas em itens anteriores²⁶, observa-se que a questão da política formal ou demanda por um cargo de representação política não estava na agenda prioritária das coordenadoras e associadas desses movimentos que privilegiavam temas sem dúvida muito relevantes sobre geração de renda, saúde e violência doméstica, mas não viam significado em promover debates sobre o fortalecimento e a autonomia das mulheres em instâncias de decisão

²⁵ Há uma rica literatura para tratar de feminismos e movimentos de mulheres, no âmbito nacional e internacional. Destaco os referenciais neste texto: Alvarez (1988); Costa e Sardenberg (1994); Costa, (2005).

²⁶ Cf. As referências ao primeiro *survey* realizado com 22 coordenadoras dos Movimentos de mulheres.

política e de poder. Não registravam indícios de que questões como sistema eleitoral, lista aberta, representação parlamentar, partidos políticos se incluíssem nas várias agendas de discussão interna propostas como metas dos planos e conferências.

E o capital social acumulado por se agregarem a esses movimentos? Apresentavam uma trajetória política que as definisse como lideranças em seus locais de origem? Seu tempo de trabalho em casa as excluía do tempo político fora de casa? Eram militantes de partidos ou consideravam também a inserção nessas organizações uma atitude não tão significativa? Como viam o trânsito entre as lideranças do movimento ao qual pertenciam e seu interesse em candidatar-se sendo filiadas a um partido político? Sentiam motivação para a competição eleitoral? Discutiam maior capacidade de aprovação de políticas públicas para as mulheres em todos os âmbitos mantendo reservas às que possibilitassem o incremento da “política de presença”²⁷?

Considerando o necessário depoimento das próprias associadas e uma nova versão das coordenadoras dos movimentos de mulheres, foi realizada a segunda etapa do *survey* elaborando-se dois tipos de questionários para as duas categorias²⁸.

O interesse era identificar quem eram essas mulheres pertencentes aos movimentos e sua circulação no ativismo político-cívico²⁹.

Era necessário ter ideia da trajetória pessoal e política, o grau de representatividade em sua cidade

²⁷ Cf. Phillips, (2001).

²⁸ Um questionário com 65 perguntas (associadas) e 70 (coordenadoras), entre abertas e fechadas, agrupadas em cinco seções, com algumas questões diferenciadas para as duas categorias: A – Identificação da associada/associação; B - Trajetória política; C - Empoderamento e capacitação nos movimentos de Mulheres; D – Participação político-partidária; E – Atividade de campanha (para a associada candidata em uma dada eleição). As duas últimas seções não serão tratadas neste texto.

²⁹ Ativismo cívico é um dos três padrões do ativismo político que, segundo a literatura internacional, é um “fenômeno multidimensional com modos alternativos associados com diferentes custos e benefícios”. Cf. Inglehart & Norris, 2003. O ativismo tradicional inclui: votar, pertencer à associação partidária e à associação sindical; o ativismo cívico é definido pelas organizações voluntárias, comunitárias e movimentos sociais novos; o ativismo de protesto são as manifestações públicas como as passeatas e os boicotes.

de origem, o capital social acumulado incentivado pelas atividades desenvolvidas na formação política através do movimento. O contato foi feito com 203 mulheres, sendo 114 associadas e 89 coordenadoras de associações³⁰ de 70 dos 144 municípios paraenses³¹ distribuídos em meso e microrregiões do Estado.

QUEM SÃO AS ASSOCIADAS ENTREVISTADAS?

Para avaliar a identidade das associadas dos movimentos de mulheres foi analisada a seção A procurando evidenciar os antecedentes sociais desse grupo estudado cuja composição pelo maior percentual mostrou que são mulheres na faixa etária de 50 anos ou mais (32,46%), paraenses (78,07%), casadas (39,47%), mais de 3 filhos (32,46%), grau de escolaridade no 2º grau completo (28,07%), embora 18,42% informem que têm o 3º grau completo), religião católica (71,05%), profissão e ocupação principal prevalecendo as trabalhadoras rurais (28,95% e 22,80% respectivamente), a renda pessoal em menos de 2 S.M (44,74%) e renda familiar de 2 a 4 SM (37,72%).

A noção de sua autorrepresentatividade pelas atividades que realizavam no seu lugar de moradia foi extraída de uma questão referente ao nível de reconhecimento que elas consideravam ter na sua comunidade, entre alto, médio ou baixo nível. A percepção apresentada foi de que seu reconhecimento era alto (52,63%). Contudo, 39 associadas referiram estar em nível médio (34,21%) e apenas 7 (6,14%) responderam estar em baixo grau de reconhecimento.

Uma questão se evidencia: o grau de prestígio social deve concorrer para que as associadas se considerem nesse nível de representatividade, supondo-se que venha de sua atividade quer em seu ambiente de trabalho quer na sua participação no movimento de mulheres.

³⁰ Este texto não apresentará a análise dos questionários aplicados às coordenadoras dos movimentos.

³¹ Os municípios e ilhas visitados distribuídos em meso e microrregiões estão registrados no relatório final -CNPq.

Dessa forma, medir a trajetória política da associada³² tornou-se uma variável importante, haja vista que nesse espaço elas se tornam mais visíveis no cenário que vivenciam. Primeiramente lhes foi perguntado sobre o tempo de presença no movimento.

O tempo de adesão das 114 associadas entrevistadas é variável. Predominam aquelas que vêm atuando no movimento por um período de três a cinco anos (24,56%). Contudo, convém observar o baixo diferencial nesses percentuais, haja vista que há aquelas que participam entre 6 a 10 anos (23,68%) e as que têm mais de 10 anos (22,81%). Este item é revelador de um envolvimento sistemático de mulheres nesse tipo de ativismo, se levar-se em conta que o processo de adesão é crescente com entrevistadas que referiram ter de 1 a 2 anos (15,79%) e outras que têm menos de um ano (7,02%).

Observa-se que todas as associadas dividem sua participação no movimento de mulheres com a presença em outro movimento social³³. Para medir esta variável entre as entrevistadas, a questão formulada evidenciava seu percurso em tipos de ativismo cívico-político. De modo geral, a taxa de participação das associadas é expressiva no movimento de igreja (63,16%) e no sindicato (43,86%)³⁴.

Participar de associações cívicas, políticas e voluntárias incide nos argumentos de teóricos clássicos que assinalam a importância vital deste evento para fortalecer a democracia, pois repercute na formação do capital social do/a cidadão/a³⁵. Nas teorias atuais de ativismo, Putnam (2000 apud NORRIS, 2003) focaliza seus estudos sobre estas associações que movem a participação política e a eficácia da governança, ao promoverem a formação de redes sociais.

³² Esta parte abrange a Seção B do questionário.

³³ Há casos de algumas que criaram seu próprio movimento comunitário.

³⁴ Os demais tipos de ativismo referidos: associação comunitária (39,47%), movimento de mulheres (29,82%) e associação estudantil (11,40%) contemplando os 114 casos estudados.

³⁵ Cf. Pippa Norris (2003) evidencia esta argumentação extraída de Tocqueville, John Stuart Mill, Durkheim, Simmel e Kornhauser para tratar da contribuição anterior e atual de Robert Putnam (1993 e 2000) sobre capital social.

Para ele, isto gera confiança interpessoal que alimenta a capacidade do trabalho compartilhado e cria vínculos sociais com vistas ao bem-estar social, formando “conexões entre indivíduos - redes sociais e as normas de reciprocidade e probidade que surgem deles”³⁶. Para Sacchet (2009, p. 308), no Brasil: “A ênfase nessas ações serviu tanto para destacar o caráter político dos movimentos de mulheres e sociais como para refutar a noção de que as mulheres não se interessavam por política”. Por suposto, o capital social agregado pelas mulheres associadas aos movimentos aflora pelo desempenho que têm na formação do seu empoderamento traduzido em ações geradoras de conexões na comunidade em que vivem e criação de “redes e normas de reciprocidade e confiança que derivam delas” (SACCHET, 2009, p. 309).

EMPODERAMENTO & TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS ASSOCIADAS

O conceito de empoderamento tornou-se eixo central dos debates sobre os temas da inclusão/exclusão dos sujeitos sociais aspirantes de uma identidade construída através da participação no poder público, com déficits da presença das mulheres no poder formal institucional e cultural. Houve generalização desse conceito em âmbito internacional, nacional e local nas últimas décadas, contemplando, inicialmente, a exclusão da pobreza nos países do Sul Asiático, seguindo-se a situação das mulheres (ROWLANDS, 1997 apud LEÓN, 2001).

A ampliação do uso do conceito levou à diluição de seu significado criando ambivalências e contradições, visto que a pressuposição dessa acepção quer referir à conquista do poder. Dessa forma,

empoderarse significa que las personas adquieren el control de sus vidas, logran la habilidad de hacer cosas y de definir sus propias agendas. Al relacionarse con los intereses de los desposeídos de poder, el término se toma como expresión de un cambio deseable, sin ahondar en las especificidades que tal cambio implica; es decir, sin precisar su significado (LEÓN, 2001, p. 96).

O processo de empoderamento com significados para a discussão da conquista das mulheres aos seus direitos incluindo o autorreconhecimento do poder adquirido na conquista de capital social foi designado para encaminhar esta seção de questões relativas à trajetória pessoal das associadas e avaliar as estratégias dos movimentos na utilização de técnicas de capacitação política. Em 13 questões foram explorados os meios, os modos, os temas e os mediadores de uma educação informal em programação de estudos que pudesse estar disponível às associadas. O resultado evidenciou que são as lideranças da associação de mulheres que organizam (92,98%) e ministram (72,8%) cursos (72,81%), palestras (71,93%), seminários (52,63%), encontros (50,88%), reuniões (85,96%), plenárias (14,91%) sobre os temas mais variados.

Verifica-se também que outras instâncias integradas à agregação e ao desenvolvimento das atividades capacitadoras se envolvem na ministração dos temas, como o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP) (21,9%), o núcleo mulheres e a direção dos Sindicato de Trabalhadores/as (STRs) (20,2%), os partidos políticos (18,4%); o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (23,7%), a direção das mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (14,0%), o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) (16,7%), a União Brasileira de Mulheres (UBM) (7,0%). Os dois últimos são movimentos de mulheres ligados ao PT e ao PCdoB, respectivamente. É interessante a referência à presença de líderes de partidos políticos nesses eventos.

Considerando que o processo de empoderamento converge para a demanda pela informação qualificada que assegura às mulheres o maior conhecimento sobre a autonomia, ou seja, a capacidade de elas decidirem sobre questões que lhes dizem respeito e que querem alcançar, foram elencados 20 temas (tabela 1) para múltipla escolha das associadas que possivelmente estariam na agenda de suas discussões.

³⁶ Cf. Norris, 2003. p. 1.

Tabela 1 – Distribuição dos temas tratados nas capacitações

Temas	ABS	%
Programas de geração de emprego e renda e capacitação	87	76,32
Violência doméstica e sexual contra as mulheres	82	71,93
Política de apoio às pequenas produtoras, crédito, título de propriedade da terra	80	70,18
Políticas de atenção integral à saúde da mulher	80	70,18
Direito a moradia, à educação, à bolsa família	78	68,42
Participação política e o direito das mulheres se elegerem em cargos políticos	76	66,67
Estratégias de ação p/ o acesso à educação, geração de renda e cultura	74	64,91
Combate à discriminação no trabalho	72	63,16
Desigualdades de gênero (trabalho, família, vida social, emprego, salário) e seus impactos sobre as mulheres	72	63,16
Peso do trabalho doméstico (reprodutivo) e do trabalho fora de casa, (produtivo)	69	60,53
Reconhecimento de si própria como pessoa humana, com direitos individuais	68	59,65
História da luta das mulheres e nos locais onde residem	65	57,02
Acesso à terra	61	53,51
Políticas públicas e programas dos governos contra as desigualdades no trabalho, na casa e na política	61	53,51
Eleições, campanha, filiação e militância partidária	57	50,00
Aborto legal e seguro	54	47,37
Previdência social às mulheres	55	48,25
História da cidade onde vivem e o que representam na sociedade	53	46,49
Lazer das mulheres trabalhadoras	49	42,98
Luta antirracista	49	42,98

Fonte: Dados extraídos dos questionários em múltipla escolha. n= 114 casos.

Os assuntos mais assinalados com percentual acima de 70% são os referentes a: programas de geração de emprego e renda e capacitação (76,32%), violência doméstica e sexual (71,93%); política de apoio aos pequenos produtores (70,18%); políticas de atenção integral à saúde da mulher (70,18%).

Na faixa percentual de 60% encontram-se outros temas registrados fortemente: direito à moradia, à educação, à bolsa família (68,42%); participação política e o direito das mulheres se elegerem em cargos políticos (66,67%), estratégias de ação p/ o acesso à educação, geração de renda e cultura (64,91%), combate à discriminação no trabalho (63,16%), desigualdade de gênero e seu impacto sobre as mulheres (63,16%), peso do trabalho doméstico (reprodutivo) e do trabalho fora de casa (produtivo) (60,53%).

Receberam apoio em 50% das assertivas do *script* temas como: reconhecimento de si própria como pessoa humana, com direitos individuais (59,65%), história da luta das mulheres nos locais onde residem (57,02%). Tiveram percentual equivalente de respostas: acesso à terra; e políticas públicas e programas dos governos contra as desigualdades no trabalho, na casa e na política (53,51%). Outro tema centrado em questão localizada³⁷ ficou nessa faixa: eleições, campanha, filiação e militância partidária (50,0%).

Os assuntos respondidos na faixa de 40% requerem atenção: previdência social às mulheres (48,25%), aborto legal e seguro (47,37%), história da cidade onde vivem e o que representam na sociedade (46,49%). Mais atenção ainda merecem os de menos referência: luta antirracista; e lazer das mulheres trabalhadoras (42,98%).

Dois temas mesclando-se aos demais se detiveram na política formal³⁸ e foram menos aclamados, embora presentes na considerada “faixa nobre”, ou seja, entre

as que ultrapassam os inscritos em outra perspectiva de recolher capital social para fortalecer o empoderamento perspectivado (o da dimensão tangente às demandas em cargos de decisão política): participação política e o direito das mulheres se elegerem em cargos políticos; e eleições, campanha, filiação e militância partidária.

A tabela desponta como fundamental para entender melhor a definição da política e processo de empoderamento inscrito nas demandas do II PNPM em seu “Capítulo 5 – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão: objetivos, metas e prioridades” onde também se inscreve um plano de ação³⁹. Nesse capítulo detalham-se as carências que atingem as mulheres em se constituírem em sub-representadas nas diversas instâncias de decisão política, historicizando a cultura sexista que tem sido causa e prepondera na ausência desse gênero dos cargos parlamentares e executivos e da baixa insistência delas em competir, embora propondo suas candidaturas nos períodos eleitorais, mas a maioria sem ter êxito.

Ou seja, algumas se candidatam, mas não se elegem em decorrência de vários fatores que vão desde o formato do sistema eleitoral – embora as cotas de sexo pareçam ser impositivas para a melhoria da presença delas nas listas partidárias – às estratégias, geralmente partidárias, como a desigualdade no tempo de exposição na mídia, carência de recursos de financiamento de campanha e (precisa ser dito), também na autoexclusão do processo por se compararem em inferioridade competitiva com os parceiros homens.

A preocupação com a fluência da oralidade, a suposta falta de “postura política”, a inibição ao aparecimento público em meio a tantos artifícios do “jogo político” articulados nos pleitos eleitorais celebram as artimanhas do sexismo na sociedade política cobrando um modelo, não contemplando quem não está nos padrões já assimilados pelo eleitorado.

³⁷ O termo “localizado” está em referência porque não é um evento de atenção sistemática, ocorrendo de dois em dois anos, no caso, entre eleições gerais e municipais.

³⁸ Considero política formal a que incide em participação política restrita aos cargos institucionalizados por eleições ou indicações às instâncias de poder político.

³⁹ O Plano de Ação foi publicado em 2008, reunindo os debates nacionais da II Conferência de Política para Mulheres agregou as diversas abordagens das conferências estaduais realizadas entre os movimentos de mulheres dos 27 estados brasileiros.

Entre os objetivos da pesquisa, constituía prioridade a identificação de quais temas/formas de discussão estavam subsidiando o reconhecimento sobre empoderamento das associadas dos movimentos de mulheres para pleitearem acesso aos cargos de representação parlamentar e majoritários, entendendo-se o processo diferenciado para essa situação específica. Não foi isso o que ocorreu, como se observa nos dados apresentados.

A tabela 1 necessita de uma discussão mais abrangente e detalhada⁴⁰ com mais análises sobre as demandas das associadas dos movimentos de mulheres paraenses. Duas outras temáticas inscritas no “final da fila” de demandas de capacitação, por suposto, necessitam ser evidenciadas: a que se refere à luta antirracista e a que menciona o lazer das mulheres trabalhadoras e que receberam o mais baixo percentual - 42,98%.

Sobre o item racial, leve-se em consideração que no *script* sobre os antecedentes sociais registrado no questionário aplicado às mulheres de associações não há nenhuma questão que solicite a identificação étnica e de cor/raça das respondentes. Supõe-se, destarte, ter sido grande lapso de nosso instrumento metodológico. O item poderia ser inscrito como uma pergunta aberta para que as informantes se autoidentificassem, entretanto, esse ponto não surgiu nem foi problematizado durante a construção do questionário pelos membros da equipe. Assim, ficou sem referência a cor das associadas que participaram da pesquisa.

Se não constou entre os itens para avaliar os antecedentes sociais das informantes, o tema da racialidade foi elencado entre os demais para que elas fornecessem uma referência aos assuntos discutidos no coletivo. O baixo percentual demonstrou que esse tópico está entre os menos debatidos. O que sugere isso? Não percebem a discriminação pela cor/raça em seu espaço de convívio, daí não o inscrever

entre os assuntos de sua agenda de capacitação? Ou não tem sido pauta na agenda desses movimentos as informações atuais dos programas de políticas públicas para a discussão sobre a discriminação em função de raça, cor, sexo, idade, constando ainda na Constituição de 1988 que tem refletido sobre o tema das ações afirmativas, inclusive já tendo sido elaborado o Estatuto da Igualdade Racial: Inclusão da Nação Negra? Há falta de mais informação sobre essas políticas? Na verdade, segundo Campos (2009 apud MOORE, 2005), “embora se continue negando, o Brasil, está imerso em uma realidade sociocultural historicamente racializada”.

O outro item do *script* da tabela 1 com baixo percentual foi sobre o lazer das mulheres trabalhadoras. O estudo sobre o uso do tempo das mulheres tem hoje um tratamento significativo para a análise das relações de trabalho e das diferenças entre os gêneros na distribuição desse período de vida. Contribui para entender que o “concreto pensado” ou o momento objetivado é o tempo de trabalho em todos os seus processos sociais – privado e público - definido como responsável pelo alcance das necessidades humanas. É distribuído de forma androcêntrica e com efetividade na qualificação e classificação das ocupações.

Mas se por um lado esse é um tempo corrente e presente, outro uso do tempo entre as mulheres deixa de ser percebido por elas próprias – o tempo de lazer. Ou seja, o tempo livre que uma pessoa dispõe para usufruir de vários tipos de divertimento, o tempo lúdico que distrai a atenção do tempo do trabalho.

Conforme Dumazedier, 1976 (apud OLEIAS, s/d) o lazer é

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.⁴¹

⁴⁰ A discussão com base na tabela 1 é um dos motivos deste artigo para o debate visando mostrar as demandas de empoderamento das mulheres que estão procurando capacitações para sua emancipação e autonomia, considerando fatores necessário ao próprio reconhecimento e de suas necessidades mais próximas, supondo-se uma demanda, pelas conterrâneas, no seu lugar de moradia.

⁴¹ Dumazier fez estudos sobre o lazer no Brasil, cf. <http://www.cds.ufsc.br/>. Sobre uma revisão bibliográfica do tema cf. Gomes (2004). In: www.ufsj.edu.br/.

Há diferenças no tempo de lazer entre mulheres e homens, de acordo com um estudo da Society at a Glance 2009, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo este estudo, realizado em 18 países, “os homens dispõem, em média, de mais tempo livre do que as mulheres”. Na Itália, a média masculina é de quase 80 minutos diários de tempo livre a mais da feminina, enquanto na Noruega esta diferença é de 4 minutos⁴². Observando então a assertiva das associadas sobre o tema, verifica-se que o tempo de lazer não consta entre as suas prioridades de discussão. Pergunta-se: e no Brasil, qual o tempo que as mulheres dispõem para suas atividades lúdicas?

No relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgado em 19/07/2012⁴³, ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE:

As mulheres trabalham mais horas do que os homens, considerando o tempo trabalhado fora e dentro de casa. (...) no total, os homens têm jornada de 52,9 horas semanais. As mulheres, de 58 horas, 5,1 horas a mais do que o sexo oposto -- o que equivale a 20 horas adicionais por mês, cerca de dez dias a mais por ano”. (...) 90,7% das mulheres que estão no mercado de trabalho também realizam atividades domésticas -- percentual que cai para 49,7% entre os homens. No trabalho, elas gastam, em média, 36 horas por semana; eles, 43,4 horas. Em casa, por outro lado, elas gastam 22 horas semanais. Os homens, 9,5 horas.

Esse é então o problema de as mulheres não conseguirem encontrar um “tempo de lazer” para si próprias.

Provocando um resultado que se detivesse em temas mais específicos da política formal⁴⁴, nove outros tópicos foram agrupados (tabela 2) em múltipla escolha, objetivando sondar se entre as associadas ocorriam eventos temáticos de capacitação ou palestra com esse enfoque.

Tabela 2 – Distribuição de temas sobre política formal

Os temas abaixo fizeram parte de alguma capacitação ou palestra?	ABS	%
Democracia e cidadania	54	47,37
Partidos políticos	54	47,37
Participação política	51	44,74
Eleições	49	42,98
Campanha eleitoral	42	36,84
Empoderamento das mulheres p/ os cargos de decisão política	39	34,21
Política partidária	39	34,21
Reforma do sistema político brasileiro/I e II PNPM	29	25,44
Reforma do sistema eleitoral	22	19,30

Fonte: dados extraídos dos questionários. N=114 casos.

Os resultados apontam percentuais abaixo dos apresentados nos assuntos tratados na tabela 1. Um tema como democracia e cidadania (47,37%) presentifica-se entre os itens evidenciados antes e que exploram a discussão sobre os direitos da mulher, e os 20 tópicos sugeridos para indicar quais os que mais registram demanda de capacitação entre as associadas tendem a caracterizar essas duas categorias. Contudo, quando restritos a uma nova questão, fica entre os percentuais altos da tabela originária, mas entre os mais baixos da outra. O tópico sobre partidos políticos se nivela ao anterior (47,37%). Sequencia-se participação política (44,74%); partidos políticos (47,37%); eleições (42,98%); campanha eleitoral (36,84%); empoderamento das mulheres para os cargos de decisão política (34,21%); política partidária (34,21%); reforma do sistema político brasileiro com base nos I e II PNPM – SPM/PR (25,44%); reforma do sistema eleitoral (19,30%).

⁴² Cf. <http://www.economist.com/> - May 21st 2009. Há necessidade de investimento em pesquisa nesse “uso do tempo” das mulheres no lazer.

⁴³ Dados do relatório *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação*, 2012.

⁴⁴ Política formal quer referir as instâncias institucionais: partidos, governo, representação política, eleições, nessa linha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

QUANDO A “ARENA” EXPÕE A “ARTE DE FAZER POLÍTICA” E OS “BASTIDORES” REFLETEM A CENA SOCIAL

Se entre nossos objetivos originários para a construção do projeto de pesquisa que subsidiou o presente estudo tínhamos em vista avaliar quais ações os movimentos de mulheres paraenses realizavam cumprindo as metas dos protocolos assinados pelos governos, bem como as previstas na Plataforma de Beijing e recentes convenções e presentes nos I e II, PNPM, objetivando influenciar na superação da desigualdade de participação desse gênero em cargos legislativos e executivos da democracia eleitoral, as questões nos levavam a investigar que maneiras de empoderar-se e capacitar as associadas estavam sendo criadas para o enfrentamento ao *status quo* que definia a política como “prática masculina”.

Ao convivermos com a realidade dessas associadas, nos deparamos com tipos de estratégias supostamente de negação da política que queríamos ver/buscar, mas plenamente inseridas na arena que as acolhia em seus cenários de convivência, explorando a arte de fazer política ao seu modo, mas sendo esse um outro lugar, o dos “bastidores” da cena social que para elas era a própria arena onde enfrentavam o sexismo, as discriminações, as normas de “bem viver” e, acima de tudo, suas necessidades básicas - e da própria comunidade. A partir da tomada de consciência da natureza dessas necessidades/desigualdades presentes no interior da sociedade/comunidade em que viviam, na relação de exploradas/discriminadas avaliaram seu potencial e inventaram/inventam modos de como atuar para modificar essa relação. Criam parcerias, animam outras mulheres para “entrarem no ritmo” e assim, muitas vezes desconhecendo os resultados, avançam para o enfrentamento.

Em suas falas e nas respostas ao questionário não se percebe a aproximação com o partido político, embora quase 60% delas sejam filiadas, sejam chamadas para integrarem as cotas de gênero e partidária em tempo eleitoral, além de fazerem o serviço de campanha.

Esse detalhe é indicativo de que a organização partidária não é vista como elementos de primeira necessidade em suas maneiras de empoderamento para a política formal. Outro agravante para pensar o distanciamento entre movimentos de mulheres e partido político é que as temáticas específicas para capacitação ao empoderamento de indicativo político são pouco representativas para elas, também esboçadas nos dois instrumentos usados para o dimensionamento da situação.

Na perspectiva deste estudo houve reconhecimento de que há estratégias de empoderamento representativas dos tipos de atuação que emergem para a superação das desigualdades enfrentadas. E os mesmos se acham permeando tanto as respostas recolhidas nos questionários, quanto nas intervenções que fizeram durante um simpósio ao qual participaram e, principalmente, quando se constata que dentre as 114 associadas entrevistadas, somente uma delas fora eleita num cargo parlamentar municipal em 2008⁴⁵. Aliás, reeleita, segundo confirmação da mesma, Denise Gabriel, para a Câmara Municipal de Paragominas⁴⁶.

Deduz-se que essas associações de mulheres estão criando o capital social essencial para o bem comum através da confiança (a que Putnam refere) que demonstram no processo de reconhecimento de suas ações. Alinhado à tradição republicana, transversalizando Platão e Maquiavel, Putnam atribui ao civismo comunitário tanto um aspecto de mobilizador como o de criador de um conjunto de referências comuns sobre a realidade.

⁴⁵ Na cidade de Belém, somente duas mulheres foram eleitas vereadoras no total de 35 cadeiras, mas nenhuma pertencia a qualquer movimento de mulheres.

⁴⁶ É preciso estar atenta às atividades dos “políticos”, visto que eles criam grupos comunitários para desenvolver suas políticas de beneficência para fins eleitorais. Denise está já no terceiro mandato, o que é algo incomum. Hazan (2002), ao tratar de seleção de candidaturas, considera a reeleição das mulheres algo improvável de ocorrer com frequência. Embora ele esteja tratando da política anglo-americana.

Isso está proposto nas estratégias das mulheres dos movimentos que se envolvem no acesso às suas demandas principais organizando-se entre as parceiras de mesmo destino em suas comunidades, sem atribuir tanta importância à arquitetura organizacional do poder político formal. Mesmo assim, exploram sua capacidade de participar do processo de decisão política, que para Dahl (2005) é criada por mecanismos de “treinamento social”. Então, no caso em estudo, verifica-se que as associadas reconhecem que não estão mais interessadas em ser o “rabo”, mas sim a “cabeça” nas situações e nas funções políticas que lhes cabe por conquistas, entretanto, ainda não despertaram pelos motivos já expostos, de que, o específico da participação política formal ainda está necessitando de um “treinamento”, se não de como desempenhar essa representação, mas pelo menos entrar “no jogo” para chegar às câmaras e prefeituras.

Vemô-las, inicialmente, na tendência a que Bourdieu (1980) distingue as três formas do capital social: econômica, cultural e social. O nível de capital social acumulado por uma pessoa, diz esse autor, vai depender da dimensão da rede de relacionamentos que pode mobilizar efetivamente, assim como do grau que essas três esferas de capital estão sendo controladas pelas demais pessoas que integram essa rede. Estes são meios de acesso aos recursos econômicos que para as mulheres é a sua forma de independência e autonomia de sua própria vida, portanto, o espiral que constroem para avançar na participação política informal e catalisar recursos para um projeto mais estrito, na política formal. Entretanto, elas se veem sem confiança no partido cujas lideranças só as procuram para projetos pontuais de serviço partidário em época de eleição. Nossa síntese para esta conclusão é de que:

- ✓ as associadas dos movimentos de mulheres paraenses estão cumprindo as metas do milênio (ODM-ONU) ao criarem suas estratégias de empoderamento;
- ✓ elas privilegiam as necessidades básicas de demandas de outras mulheres de sua comunidade e da própria comunidade;

- ✓ a política formal não está nos seus planos não só porque as evidências de situações hostis de enfrentamento como a pobreza e a violência doméstica constituem uma linha de fogo para atingir a superação;
- ✓ não são estimuladas à competição eleitoral, sentindo-se discriminadas pelas lideranças dos partidos na escolha de filiados homens vistos com mais prestígio;
- ✓ o partido político não investe numa formação política para essas mulheres dos movimentos, muito mais interessados em fazer o “jogo” de articulação política com a “cara masculina” em tempo de eleição.

Possivelmente há outras demandas para uma síntese desse porte, contudo foram estes pontos considerados neste primeiro momento de leitura de seus achados nos estudos.

Um lema para tratar esses assunto do emponderamento: udando a cultura políica, mudam-se as regras sociais nas relações de gênero.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, M.L.M. *Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político*. GEPEM/UFPA, 2011. Relatório final. (Processo CNPq n.º 402969/2008-1)
- _____. *Gênero, política e representações sociais*. Projeto. (403224/2005-5 – APq – CNPq/SPM).
- ALVAREZ, S. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- ARTICULANDO a Luta Feminista nas Políticas Públicas: desafios para a ação do movimento na implementação das políticas. Brasília: AMB, 2009. Disponível em: < http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2010/09/articulandopoliticaspublicas2009_cfemea.pdf> Acesso em: 12 maio 2010.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de Política*. 7. ed. Brasília: Editoria UNB, 1995.

- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, 1980.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, Brasília. Anais... Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2., 2007, Brasília. Anais... Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- AMPOS, P. J. E. Por Que Políticas Públicas De Ações Afirmativas Para A População Negra? Disponível em: <<http://www.artigonal.com/authors/>>. Acesso em: 07 set.2009.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA (CFEMEA). Mulheres sem medo do poder. *Fêmea*, v.5, n.41, 1996. Disponível em: <<http://www.cvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PFEMEDF061996041.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 1998.
- _____. *Plataforma para Candidatas a Vereadoras e as Prefeitas*: em defesa da igualdade e da cidadania feminina. Brasília: CFEMEA, 2004. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/plataformacandidatasvereadorasprefeitas.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2005.
- _____. *As mulheres na política e a reforma política*. Brasília: CFEMEA, 2007. Disponível em: <www.cfemea.org.br>. Acesso em: 30 maio 2007.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 3., 2001, Durban. Anais... Durban, 2001. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 17 set. 2001.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1975, México. *Anais...* México: ONU, 1975. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-2359.html>>. Acesso em: 28 mar.1980
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 2., 1980, Copenhague. *Anais...* Copenhague: ONU, 1980. Disponível em: <<http://www.famp.es/racs/ramlvm/NORMATIVA%20INTERNACIONAL/DOC%2035.pdf>>. Acesso em: 24 maio 1981.
- COSTA, A.A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v.5, n.2, 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>>. Acesso em: 21 dez. 2007.
- _____. A quase reforma política no Brasil e a ação feminista. 2007. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08be9e5274a31e0000e7e/Reforma_Politica_Paper.pdf>. Acessado em: 21 maio 2012.
- COSTA, A.; SARDENBERG, C. M. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M.L.; BINGEMER, M.C. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.
- DAHL, R. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: USP, 2005.
- VIOTTI, M.L. R. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Beijing, 1995.
- GOMES, C.M. Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil: breve trajetória histórica. 2004. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-breve_trajetoria_historica_12.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2011.
- HAZAN, R. Candidate Selection. In: LEDUC, L.; NEIMI, R. G.; NORRIS, P. (Org.). *Comparing Democracies*. London: Sage, 2002.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. *Rising Tide: gender equality & cultural change around the World*. New York: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <https://www.hse.ru/data/2013/02/20/1306830406/Inglehart&Norris_Rising%20Tide.pdf> Acesso em: 20 set. 2016.
- LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. *Revista La Ventana*, n.13, 2001. Disponível em: <<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2004.
- NORRIS, P. *Electoral Engineering: voting rules and political behavior*. New York: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <<http://www.olemiss.edu/courses/pol628/norris04.pdf>>. Acesso em: 23 dez.2003.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Society at a Glance*. 2009. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/8109011e.pdf?expires=1511523301&id=id&accname=guest&checksum=8F72A6F79E919CE1280F4F8F6D76EBDC>>. Acesso em: 30 maio 2007.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- PLATAFORMA Política Feminista. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002, Brasília. *Anais...* Brasília, 2002.
- PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, 2001.
- RODRIGUES, A. Mulheres: movimentos sociais e partidos políticos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES SOCIALISTAS, 2001, Brasília. Anais... Brasília: Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, 2001. Disponível em: <www.cfemea.org.br>. Acesso em: 21 dez.2007.
- SACCHET, T. Capital Social, Gênero e Representação Política no Brasil. *Opinião Pública*, v.15, n. 2, p.306-332, 2009.
- SCHERER-WARREN, I. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n.1, p. 109-130, 2006.